



## CONTRIBUIÇÕES DO LETRAMENTO HISTÓRICO PARA UM ENSINO DECOLONIAL: UM ENSAIO A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES DO PROFHISTÓRIA

*CONTRIBUCIONES DE LA LITERACIDAD HISTÓRICA A LA ENSEÑANZA DECOLONIAL: UN ENSAYO BASADO EN DISERTACIONES DE PROFHISTÓRIA*

*CONTRIBUTIONS OF HISTORICAL LITERACY TO DECOLONIAL TEACHING: AN ESSAY BASED ON PROFHISTORIA DISSERTATIONS*

Patrícia Karla Soares Santos Dorotéio<sup>1</sup>,

Maria Luísa de Souza Silva<sup>2</sup>

### Resumo:

Esse ensaio se interessa pelas contribuições da concepção de letramento para a construção de um pensamento histórico decolonial, sobretudo no campo da educação histórica, na escola, em sala de aula. Como objetivo, pretende mapear as apropriações do conceito de letramento histórico em propostas pedagógicas que abordem a temática das relações étnico-raciais em uma perspectiva decolonial. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória a partir do banco de dissertações e produtos pedagógicos do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. O arco teórico desse ensaio é composto pelo delineamento dos estudos no campo do letramento histórico e da decolonialidade. A pesquisa exploratória no banco de dissertações do ProfHistória evidenciou um campo de estudos que ainda precisa ser explorado, tendo em vista a contribuição que uma perspectiva múltipla de letramento histórico pode agregar para a aprendizagem histórica escolar.

**Palavras-chave:** Letramento histórico; relações étnico-raciais; decolonialidade.

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UFMG), graduada em História (UFMG). Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Ibirité). ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4236-2643>, e-mail: patricia.santos@uemg.br.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (UEMG). ORCID <https://orcid.org/0009-0003-8621-3778>, e-mail: maria.1394441@discente.uemg.br.

## **Abstract:**

This essay is interested in the contributions of the concept of literacy to the construction of a decolonial history, especially from the point of view of history education, at school, in the classroom. Its aim is to map the appropriations of the concept of historical literacy in pedagogical proposals that address the issue of ethnic-racial relations from a decolonial perspective. To this end, exploratory research was carried out using the database of dissertations and pedagogical products from the Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. The theoretical framework of this essay is made up of studies on historical literacy and decoloniality. The exploratory research in the ProfHistory dissertation database revealed an area of study that still needs to be explored, in view of the contribution that a multiple perspective of historical literacy can make to school historical learning.

**Keywords:** historical literacy; ethnic-racial relations; decoloniality.

## **Resumen:**

Este ensayo se interesa por las contribuciones del concepto de literacidad a la construcción de una historia decolonial, especialmente desde el punto de vista de la enseñanza de la historia, en la escuela, en el aula. Su objetivo es mapear las apropiaciones del concepto de literacidad histórica en propuestas pedagógicas que abordan la cuestión de las relaciones étnico-raciales desde una perspectiva decolonial. Para ello, se realizó una investigación exploratoria a partir de la base de datos de dissertaciones y productos pedagógicos del Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. El marco teórico de este ensayo está constituido por estudios sobre literacidad histórica y decolonialidad. La investigación exploratoria en la base de datos de dissertaciones de ProfHistória reveló un área de estudio que aún necesita ser explorada, en vista de la contribución que una perspectiva múltiple de la literacidad histórica puede hacer al aprendizaje histórico escolar.

**Palabras clave:** Literacidad histórica; relaciones étnico-raciales; decolonialidad.

## Introdução

Esse ensaio é parte de uma pesquisa em desenvolvimento interessada em analisar propostas de ensino de História que abordem a temática das relações étnico-raciais em diálogo com a perspectiva decolonial. De modo específico, esse ensaio se interessa pelas contribuições do letramento histórico para o ensino de História em uma perspectiva decolonial. O interesse por esse recorte parte de uma situação cotidiana: a escuta de uma fala em um programa de rádio, durante uma troca de estação, em algum dia de agosto de 2023.

Ainda que permeada por imprecisões, e retomada a partir da memória, poderíamos descrever a fala da seguinte maneira: o radialista dizia em uma roda de conversa com outros integrantes do programa de rádio sobre uma “nova moda”, chamada “revisionismo histórico”. Segundo o locutor, essa “nova moda” considera que os imigrantes que chegaram ao Brasil receberam privilégios. Então, de modo a se contrapor ao tal do “revisionismo histórico”, o radialista retomou suas origens familiares e contou a história do seu bisavô que, imigrante, veio da Itália com sua família, ainda menino, sendo que aos 12 anos já trabalhava durante todo o dia na lavoura, nas terras da família. Assim, após exaltar a origem trabalhadora de sua família, de maneira inflamada, o radialista perguntava para os colegas da bancada: *“como é possível dizer que um moleque de 12 anos que trabalhava na lavoura, no trabalho pesado o dia inteiro, é um privilegiado?”*

Certamente a resposta para esse questionamento demanda um conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado que permitam posicionar o fato narrado em seu devido contexto: Brasil, possivelmente finais do século XIX / início do século XX, recente abolição da escravatura, ideais de branqueamento atrelados à vinda de imigrantes, país essencialmente agrário. Caberia ainda uma reflexão sobre a ideia de infância e sobre o quanto pode ser tomada como contemporânea a problematização do trabalho infantil.

Uma vez que não temos o dado histórico para afirmar se a família do referido jornalista recebeu ou não o privilégio da concessão de terras no Brasil, nos ateremos ao incisivo espanto do radialista acerca do trabalho do seu bisavô, na lavoura, aos 12 anos: será que falta informação histórica para esse radialista, de modo a impedi-lo de considerar que em um país escravagista como o nosso, crianças escravizadas tinham o seu trabalho explorado desde os primeiros passos, sendo que aos 12 anos já tinham a sua força de trabalho explorada ao máximo? Será que falta informação histórica para esse radialista considerar que a situação de exploração do trabalho infanto-juvenil não se altera efetivamente no pós-abolição, na primeira república, ou ao longo de boa parte do século XX, quando falamos de crianças sem privilégios de classe? Ou será que a indignação pelo trabalho aos 12 anos se aplica apenas às crianças italianas, imigrantes europeias, brancas, sobre às quais não pesa o traço racial que naturaliza o trabalho na infância?

O caso citado nos coloca diante da necessidade de que o conhecimento histórico ofereça ferramentas para produzirmos narrativas coerentes com o nosso passado, mas, sobretudo, que nos forneça ferramentas para uma leitura do presente em uma postura de

problematizações e contextualizações das informações que recebemos. Em outras palavras, demanda certa forma de letramento histórico capaz de nos livrar dos imediatismos que determinados discursos impelem, sobretudo em um tempo presente atravessado por notícias falsas, descontextualizadas e de longo alcance por meio dos dispositivos digitais.

Mas o exemplo citado também nos coloca diante da necessidade de uma forma de pensamento histórico capaz de decolonizar as narrativas do passado. Afinal, é necessário que uma outra história seja contada, a fim de que séculos de trabalho forçado de africanos e afrodescendentes seja algo tão espantoso e revoltante como o trabalho do menino italiano, aos 12 anos. Precisamos de uma aprendizagem histórica que produza, como efeito, a desnaturalização das estruturas racistas que se dão no presente, cotidianamente, por meio de discursos e práticas.

Esse é o contexto que alimenta o interesse desse ensaio pelas contribuições da concepção de letramento histórico para a construção de um pensamento decolonial, sobretudo no campo da educação histórica, na escola, em sala de aula.

Diante do crescimento da produção historiográfica de matriz decolonial (PAIM, ARAÚJO, 2018), apostamos na importância de que a proposição teórica de decolonização do pensamento, de novas formas de ler e interpretar o passado, esteja alinhada a certa concepção de ensino, se pretendemos que ela seja significante para a vida prática dos estudantes, para a leitura do hoje. Nesse caminho, o letramento histórico é uma abordagem que pode contribuir para o ensino de História, quando o objetivo é decolonizar as narrativas históricas.

Assim, o objetivo desse ensaio é mapear as apropriações do conceito de letramento histórico em propostas pedagógicas que abordem a temática das relações étnico-raciais em uma perspectiva decolonial. Para tanto, realizamos uma pesquisa exploratória a partir do banco de dissertações e produtos pedagógicos do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória<sup>3</sup>, onde coletamos materialidade para análise.

O ProfHistória é um programa de pós-graduação *stricto sensu* coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desde 2014. Na atualidade, é composto por trinta e nove instituições de ensino superior, em diversas regiões do país. O programa é destinado exclusivamente para o ensino de História, mas admite, além de professores com essa graduação, professores pedagogos e demais licenciados que atuem como docentes de História na rede pública, em qualquer ano da Educação Básica. Osvaldo Cerezer (2021, p. 6) é um dos autores que considera que a criação do ProfHistória “sedimentou o campo de pesquisas e ampliou significativamente a produção de conhecimentos sobre ensino de história a partir das dissertações e produtos pedagógicos disponibilizados aos professores de história de todo o país”.

Nesse sentido, justificamos a pesquisa exploratória a partir do banco de dissertações e produtos pedagógicos do ProfHistória, na medida em que podemos compreender esse programa de mestrado como um *lócus* de estudo e produção do conhecimento em

<sup>3</sup> O banco de dissertações do ProfHistória pode ser consultado no site: <https://profhistoria.com.br/articles>.

intrínseca relação com o trabalho docente, ou seja, com o que efetivamente está sendo pensado e feito nas salas de aula, no ensino de História. Buscamos, a partir da análise dessas dissertações, responder a questões do tipo: os trabalhos acionam o conceito de letramento histórico nas propostas de ensino cujo foco são as relações étnico-raciais em uma perspectiva decolonial? Sobretudo, é possível decolonizar as formas com que o pensamento histórico é construído, sem letramento histórico?

Na seção seguinte anunciamos a qual perspectiva de letramento histórico nos filiamos, assim como delineamos o campo dos estudos decoloniais aos quais nos embasamos.

## **Letramento histórico e decolonialidade: um campo de possibilidades**

Ao tratar do termo Letramento, Helenice Rocha (2020) traz importantes elucidações para serem consideradas nas práticas de ensino de História. A princípio, a autora avalia que o conceito de letramento, estabelecido internacionalmente nas últimas décadas, está em disputa, logo, em processo de construção. Assim, ao tratarmos do letramento histórico precisamos considerar os debates multidisciplinares que o compõem, sempre em diálogo com as especificidades do conhecimento histórico.

Entre essas especificidades, é preciso considerar a maneira pela qual o pensamento histórico é construído: ele é amplo, está presente na sociedade e tem a ver com as formas como o passado é socialmente percebido e utilizado. Além disso, quando nos referimos a educação histórica, é preciso considerar que ela envolve as diversas esferas da vida cotidiana e acontece para além dos muros escolares. Essas características demandam uma concepção ampliada da ideia de letramento, assim como a adotada por Helenice Rocha (2020, p. 276), na qual “(...) o letramento ultrapassa o tempo e o espaço da escola, sendo parte de todas as práticas relacionadas à escrita em interação ou não com esse espaço e tendo como consequência os resultados mais diversos”. Nesses termos, assim como a própria característica das formas de construção do pensamento histórico, o letramento acontece em diversos espaços de interação, para além da escola.

Entretanto, é importante considerar que o ensino de História é um pilar importante para a construção do letramento histórico. Esse pilar envolve os processos de leitura, escrita, interpretação e produção de narrativas históricas. Helenice Rocha (2020, p. 277), define o letramento como “conjunto de práticas (intencionais ou não) que propicia determinadas condições de inserção na cultura escrita de uma sociedade, para além da escolarização.” Em diálogo com Magda Soares, a autora relata que o termo letramento surge na década de 1980 e se dissemina em estudos por países da Europa e Américas. Tais estudos se baseavam na percepção de que parte da população, mesmo com o domínio da leitura e da escrita, não se mostrava plenamente capaz de executar práticas sociais características de pessoas letradas.

No que se refere aos processos de educação escolar, o letramento é constituído a partir dos primeiros anos de escolarização, partindo da alfabetização até o alcance da fluência nas práticas de ler e escrever. A partir daí, a expectativa é o desenvolvimento e a apropriação dos campos de conhecimento específicos, o chamado letramento disciplinar. Nas palavras de Helenice Rocha (2020, p. 278),

A acepção de letramento iria, assim, de um processo plural, multifacetado e relacionado a todas as interações com as culturas escritas presentes na sociedade e nos grupos em que as pessoas vivem, até sua acepção escolar, em que ganha um contorno unidirecional, intencional e com expectativas de superação de etapas dirigidas aos alunos em processo de escolarização.

Importante destacar que esse processo não é linear, ou seja, o letramento disciplinar pode acontecer desde a Educação Infantil e em conjunto com as primeiras práticas de leitura e escrita. No caso específico do conhecimento histórico, reafirmamos a importância de que ele seja trabalhado desde os primeiros anos de escolarização.

No campo de estudos em ensino de História, Peter Lee (2006) e Isabel Barca (2006) são autores que trabalham com o conceito de literacia<sup>4</sup> histórica, entendida como um “conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado” (BARCA, 2006, p. 93). Tais autores elaboram o conceito de literacia histórica em intrínseca associação com a ideia de “consciência histórica”, uma vez que a literacia, ou o letramento histórico, é condição para que a consciência histórica se desenvolva.

Por sua vez, o termo consciência histórica tem origem nos estudos do historiador e filósofo alemão Jorn Rüsen (2001, p. 57) que a define como “(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. Em diálogo com Rüsen (2001), compreendemos que a consciência histórica tem uma função prática no tempo, na medida em que articula as dimensões do presente / passado / futuro.

Maria Auxiliadora Schmidt é uma das estudiosas do campo do ensino de História que tem proposto o diálogo entre os estudos de Rüsen, Barca e Lee, a partir do contexto brasileiro. Schmidt (2009) parte das considerações de Rüsen nas quais o presente, com suas carências de orientação, nos coloca diante do passado e produz determinadas expectativas em relação ao futuro. Em outras palavras, nesse campo teórico, são as questões do presente que acionam as demandas sobre o que se quer conhecer da História. Assim a autora (2009, p. 14) afirma que “(...) considerando que não se pode escapar do passado, a literacia histórica baseia-se no entendimento de que se deve propiciar e obter condições para podermos fazer escolhas intencionais a respeito do passado”.

Uma das possíveis relações entre a teoria da consciência histórica e o conceito de letramento histórico leva em consideração que o ato de fazer escolhas intencionais sobre o passado demanda o desenvolvimento da habilidade de construção de narrativas

<sup>4</sup> Literacia é o termo utilizado em português de Portugal, derivado da expressão em língua inglesa *literacy*, para se referir ao mesmo campo conceitual que, no Brasil, denominamos letramento.

históricas. A educação histórica escolar tem muito a contribuir quando se baseia em um conjunto de competências de compreensão e interpretação do passado para a construção de tais narrativas, admitindo que elas são intrínsecas a determinada forma de pensamento histórico. O letramento histórico, então, se coloca em intrínseca relação com a construção do pensamento histórico, na medida em que oferece ferramentas para que os sujeitos possam pensar historicamente, de modo a

(...) nunca aceitar as informações, ideias, dados, etc. sem levar em consideração o contexto em que foram produzidos: seu tempo, suas peculiaridades culturais, suas vinculações com posicionamentos políticos e classes sociais, as possibilidades e limitações do conhecimento que se tinha quando se produziu o que é posto para análise (CERRI, 2011, p. 59).

Nesse sentido, o letramento disciplinar histórico pode ser considerado como um efetivo processo da educação histórica quando possibilita uma mudança nas perspectivas de interpretação do passado por parte dos estudantes /ou daqueles que se dedicam a estudar a História.

Além disso, é importante considerar que quando os sujeitos açãoam alguma forma de pensamento histórico capaz de orientá-los no presente, a História ganha uma função prática para a vida em sociedade. Cerri (2011, p. 66) considera que uma das importantes contribuições do pensamento histórico para a cidadania tem a ver com o desenvolvimento da "(...) capacidade de entender e posicionar-se diante de visões de mundo, de explicações gerais ou fragmentárias sobre a sociedade, que utilizam conhecimentos sobre o tempo".

Entendendo o letramento histórico como um conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado (BARCA, 2006), podemos considerar que, quando o ensino de História tem a expectativa de resgatar o passado de grupos invisibilizados pela História tradicional e está implicado com a reconstrução de memórias, faz-se necessária uma determinada forma de letrar-se historicamente coerente com esse objetivo. Nesses termos compreendemos que o pensar historicamente, de modo a posicionar-se numa perspectiva decolonial, demanda um letramento histórico alinhado com essa intencionalidade.

Tendo em vista as demandas do tempo presente, podemos entender a relevância de um ensino de História decolonial, capaz de resgatar o passado de grupos invisibilizados pela História tradicional e implicado com a reconstrução de memórias. Cotidianamente professores e professoras, estudantes e toda a comunidade escolar são atravessados por notícias de crimes de racismo, de homofobia, de genocídio de povos indígenas, de feminicídios e de tantas outras violências. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, assistimos a emergência de movimentos que têm o campo da diversidade e/ou diferença como pauta de luta. Como exemplo, podemos citar o movimento antirracista que tomou as redes sociais e as ruas entre maio e junho de 2020<sup>5</sup>. Na última década, acompanhamos

<sup>5</sup> O estopim do movimento foi o assassinato de George Floyd por um policial branco, em Minnesota, EUA, em 25 de maio de 2020. Floyd, homem negro de 46 anos, morreu asfixiado durante uma abordagem policial criminosa, fato que gerou uma grande onda de protestos contra o racismo e a violência policial nos EUA e em outros países.

o crescimento dos usos das redes sociais digitais para a articulação de diversos movimentos, de modo a alcançar milhares de pessoas. É o que podemos ver com o movimento feminista negro e decolonial que tem ganhado espaço entre os debates que circulam nas mídias digitais. O mesmo tem acontecido com as pautas que envolvem as sexualidades e as questões raciais. Podemos citar, ainda, a crescente atuação de movimentos pelo meio ambiente, campesinos, de ressurgência indígena entre outros que têm feito a luta ambiental e anticapitalista.

Esses movimentos parecem demandar a atenção da educação escolar, especificamente, quando tratamos de um ensino de História que atenda as demandas do tempo presente. São movimentos que estão em luta por outros modos de ser, de se viver. Entendemos que o ensino de História na perspectiva decolonial pode contribuir com essa demanda, na medida em que falar em decolonialidade é se ver com um passado que está vivo no presente, com questões pulsantes que exigem da escola, da docência e do ensino um compromisso ético e político.

Sobre o pensamento decolonial podemos dizer que ele se baseia em um campo de estudos interessado em denunciar, problematizar e produzir resistência ao espelho eurocêntrico. Essa resistência se fundamenta, sobremaneira, num processo de autoafirmação latino-americana, a partir das peculiaridades da história, da diversidade e heterogeneidade dos povos que constituem esse território. Nesse campo de estudos, autores como Aníbal Quijano (2005) têm se dedicado à denúncia da colonialidade como uma forma de poder mundial instituída por meio de uma forma de dominação, de apagamento e de invisibilização de povos e culturas não europeus. A colonialidade, como forma de poder, se institui por meio da constituição de saberes, de epistemologias, dos processos de controle do trabalho, de políticas de Estado, da constituição de subjetividades, no controle dos territórios, das sexualidades, por meio das histórias e narrativas que são contadas.

Além disso, o pensamento decolonial tem problematizado o capitalismo hegemônico. Walter Mignolo (2017, p. 5) é um dos autores que elucidam como a colonialidade tem funcionado no presente, a partir do “controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade”. Junto a ele, Catherine Walsh (2019, p. 20) mobiliza seus estudos no campo do pensamento decolonial a partir da análise de movimentos de resistência que tem se proposto a “(...) pensar e atuar em direção a um futuro que ofereça alternativas ao capitalismo, especialmente à sua mais recente formação neoliberal”.

O campo de estudos da decolonialidade tem apresentado um desafio para o ensino de História, uma vez que se baseia em uma narrativa histórica que problematiza a chamada historiografia tradicional. Desafio também anunciado por autores como Walter Benjamin (1983), na medida em que convoca a História a se ocupar com os silêncios produzidos pelas narrativas oficiais: períodos, fatos, acontecimentos, sobretudo indivíduos, invisibilizados diante dos grandes heróis e/ou das macroestruturas.

Assim, entendemos que uma perspectiva de letramento histórico – como conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado – que tenha como objetivo a construção do pensamento histórico dialógico, de contextualização e problematizações

daquilo que tomamos como verdade, como natural, como narrativa possível, precisa fundamentar as práticas escolares quando se almeja um ensino de História que considere as relações entre o processo de colonização e as formas de organização do sistema-mundo contemporâneo: o capitalismo, o racismo, o patriarcalismo, assim como os modos de resistência à colonialidade.

Nesses termos procuramos apreender as contribuições do letramento disciplinar histórico para a leitura decolonial de nosso passado-presente.

### **Relações étnico-raciais, decolonialidade e letramento histórico nas dissertações do ProfHistória**

Utilizamos como *lócus* de pesquisa o banco de dissertações e produtos pedagógicos do ProfHistória. Entendemos que esse banco de dados é composto por referências bibliográficas, uma vez que se tratam de dissertações, mas também compreendemos essas produções como documentos, na medida em que registram práticas, experiências e propostas de ensino de História. Tomamos como pressuposto que a especificidade do mestrado profissional, no que se refere a sua intrínseca relação com as práticas em sala de aula, poderiam oferecer informações relevantes para a pesquisa.

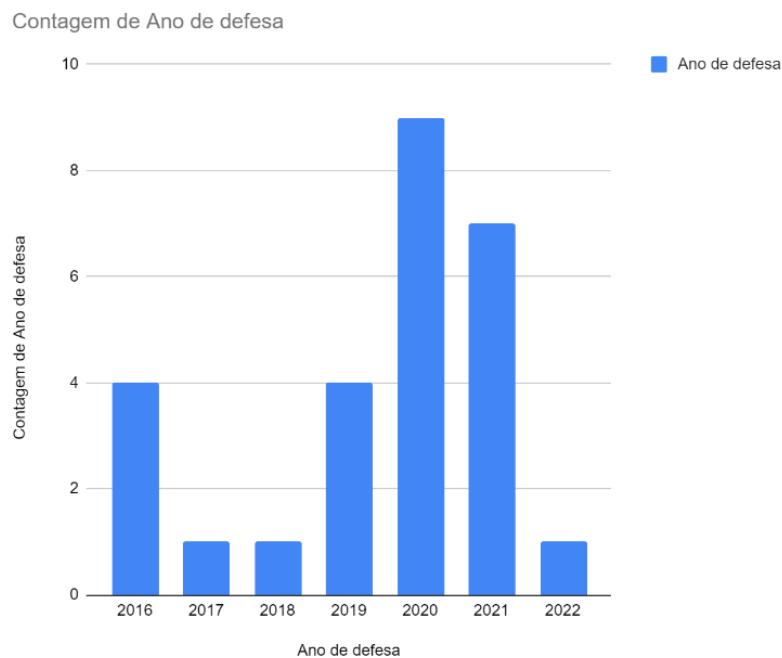
O ProfHistória possui um banco de dados que contava, no momento da pesquisa, com cerca de 897 dissertações, defendidas a partir do ano de 2016, sendo que o banco de dados consultado apresenta dissertações defendidas pelo programa no período de 2016 a 2022, tendo sido consultadas em julho de 2023. Dado o volume da materialidade, a primeira fase de análise foi a seleção de dissertações a partir de palavras-chave.

O primeiro levantamento no banco de dissertações do ProfHistória utilizou como palavras-chave “letramento” e “literacia”. Nessa busca, foram localizados 27 trabalhos que utilizavam os termos letramento e literacia em múltiplos contextos. Essas dissertações apresentam com regularidade uma fundamentação teórica a partir de autores como Jörn Rüsen, Peter Lee, Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt e Luís Fernando Cerri. Referências que tratam do conceito de letramento/literacia histórica e das relações possíveis desse conceito com o campo do ensino de História e com o conceito de consciência histórica. A recorrência dos/as autores/as citados/as demonstra certa apropriação no campo do ensino de História a partir do construto teórico desses/as autores/as. É importante destacar que grande parte dessa produção ganha circulação no Brasil a partir das traduções para a língua portuguesa dos trabalhos de Rüsen, Lee, e do diálogo com os trabalhos da portuguesa Isabel Barca, além de pesquisas desenvolvidas por Schmidt, Cerri, entre outros.

Entre as dissertações encontradas, podemos identificar o conceito de letramento/literacia histórica atrelada a práticas de ensino voltadas para a leitura e escrita da História, para a leitura de fontes históricas, para problematizações de saberes

de professores e alunos durante a aula de História. Mas, sobremaneira destacam-se os trabalhos que acionam o conceito de letramento/literacia em diálogo com temáticas que envolvem as tecnologias digitais. Assim, o letramento aparece associado aos termos/conceitos, nem sempre problematizados, de letramento midiático e letramento digital, para a análise e/ou proposição de práticas de ensino de História que envolvem audiovisuais como filmes, séries, fotografias digitais; mas também em associação com o universo cultural dos estudantes, que envolve as redes sociais, *games*, a circulação de *memes*<sup>6</sup>, entre outros. Entre os produtos pedagógicos propostos pelos trabalhos, aparecem a produção de audiovisuais diversos, como *podcasts*, *ebooks*, *sites*.

Em diálogo com esse dado, é possível perceber um crescimento do uso do conceito de letramento/literacia histórica nas dissertações defendidas no ano de 2020, como demonstra o gráfico a seguir:



**Figura 1:** Defesa de dissertações por ano.

Podemos inferir que o crescimento do uso do conceito de letramento/literacia histórica pode estar relacionado ao crescimento dos usos das Tecnologias Digitais ao longo da última década, mas também ao intenso uso político do ambiente *online* nas eleições governamentais de 2018, e no período consecutivo que se estende ao período pandêmico de COVID-19. Esse período tem como característica o uso das mídias digitais para a intensificação da propagação de notícias falsas, assim como para o disparo em massa de mensagens por robôs com tipos específicos de conteúdos para tipos específicos de

<sup>6</sup> O meme é um produto do ambiente virtual, caracterizado pela associação de áudio, imagem e/ou vídeos, sendo comumente vinculado a temas de debate social contemporâneos. Em geral, usa a linguagem humorística para alcançar grande circulação *online*.

populações, junto a disseminação de discursos de ódio e discriminatórios. Não por a caso, muitas dissertações fazem uma necessária associação entre o letramento histórico e a tomada de consciência sobre os produtos da mídia, dada a necessidade de algum nível de letramento histórico capaz de fazer frente a deturpação de termos/conceitos como comunismo, ditadura, democracia, nazismo, etc; além da deturpação do próprio conceito de ciência.

Esses trabalhos oferecem importantes contribuições para o ensino de História, a partir do conceito de letramento histórico, mas não atendiam aos interesses específicos desse ensaio.

Considerando os objetivos desse ensaio, utilizamos as palavras-chave “decolonial”, “antirracista”, étnico-racial”, “indígena”, a fim de localizar dissertações que utilizam o campo de estudos da decolonialidade para pensar as relações étnico-raciais, numa perspectiva histórica e contemporânea. Essa busca localizou um total de 99 trabalhos, sendo que, destes, 46 efetivamente abordavam a temática das relações étnico-raciais em uma perspectiva decolonial.

O filtro seguinte foi averiguar no universo de 46 trabalhos quantos se apropriavam de alguma perspectiva de letramento histórico para abordar as relações étnico-raciais, a partir dos estudos decoloniais. Para localizar essa informação, analisamos cada um desses trabalhos, utilizando a ferramenta de busca para identificar as palavras-chave “letramento” e “literacia” no conteúdo de cada dissertação. O dado que encontramos é que apenas 3 trabalhos propuseram esse diálogo.

O primeiro deles é o trabalho de Bruno Ziliotto “Provocações crônicas: a construção de um site educativo para repensar a escola, a disciplina de História e as Áfricas”, defendido em 2016 no ProfHistória ofertado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC). O autor utiliza como arco teórico autores do campo dos estudos da decolonialidade como Catherine Walsh, Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Nelson Maldonato-Torres, além de autores africanos como o pesquisador nigeriano Chinua Achebe (2012) e o anglo-ganês Kwame Anthony Appiah (1997), para “apresentar reflexões e propostas para contribuir na construção de práticas pedagógicas que relacionem e problematizem a escola, o conhecimento sobre o continente africano e a discussão racial no Brasil, a partir dos instrumentos da História” (p. 5). Como produto pedagógico, a dissertação apresenta a produção de um site educativo sobre a temática. A pesquisa de Ziliotto utiliza o conceito de letramento racial, como uma ferramenta para a compreensão do racismo como um problema contemporâneo, enraizado no passado escravista. O letramento racial seria, ainda, atrelado a compreensão de que as identidades raciais são construídas por determinadas práticas e, então, aprendidas, de modo que é possível a construção pedagógica de outros aprendizados.

O segundo trabalho, intitulado “O Axé na Sala de Aula: Abordando as Religiões Afro-Brasileiras no Ensino de História”, foi defendido em 2016 por Isabelle de Lacerda Nascentes Coelho, no ProfHistória ofertado pela Universidade Federal Rural Do Rio de Janeiro (UFRRJ). A dissertação propõe “(...) a abordagem das religiões de matriz afro-brasileira no ensino de história como estratégia propiciadora do necessário adensamento das reflexões críticas sobre a temática das relações étnico-raciais e inter-

religiosas em ambiente escolar" (p. 12). No campo da decolonialidade, a autora cita autores como Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Walter Mignolo, além de uma apropriação desse campo de estudos que se materializa na referenciação de autores que enunciam a partir dos saberes das religiões de matrizes africanas. Nesse trabalho, a autora propõe, entre outras práticas vinculadas à temática da dissertação, a construção de um memorial por parte dos discentes e docentes. A autora considera o memorial como uma estratégia de autorreflexão e desenvolvimento do letramento histórico. No entanto, não há problematizações sobre o conceito de letramento histórico utilizado. Além disso, o trabalho também não explora as contribuições do letramento histórico para o desenvolvimento da temática proposta.

O terceiro trabalho é de autoria de Paulo Airton Pinto Damasceno, defendido em 2018 no ProfHistória ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A dissertação intitulada "Silêncio na sala! combates narrativos contra o silenciamento de grupos periféricos através dos modelos Não Formais de ensino da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e de Olimpíadas Escolares Internas (OIH)" tinha como objetivo refletir sobre "(...) a Didática Histórica pensando a Narrativa Tradicional do ensino e a formação identitária dos alunos frente aos silêncios e estereótipos acerca de grupos marginalizados pela historiografia" (p. 10). Para tanto, o trabalho toma como objeto os silêncios e esquecimentos da historiografia tradicional, a partir do estudo de três grupos específicos e suas representações na história: o feminino, o indígena brasileiro e a afro-brasilidade. A pesquisa coletou materialidade a partir da análise do livro didático e do conteúdo abordado pelas olimpíadas ONHB e OIH. Como arco teórico, o trabalho se fundamenta nos conceitos de Consciência História, Experiência vicária, Decolonialidade e Identidade coletiva.

Nesse trabalho, o conceito de letramento histórico é explorado em consonância com o conceito de consciência histórica. Ao associar-se ao universo digital da ONHB e da OIH, o autor propõe a prática de análise de imagens associada a uma concepção da imagem como parte do conhecimento, ou seja, associa o letramento histórico a leitura da imagem como texto, uma vez que ela é portadora de contextos que devem ser explorados e ampliados, para além do sentido gráfico. O letramento histórico aparece, então, como uma habilidade para a leitura das informações imagéticas que atravessam o cotidiano.

Por se tratar de uma pesquisa que se debruça sobre materiais produzidos por meio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), uma vez que analisa olimpíadas científicas de História, a pesquisa também aciona o conceito de letramento digital, endossando a necessidade de uma leitura crítica das ferramentas digitais, por parte dos estudantes. O campo dos estudos decoloniais corrobora com o arcabouço da pesquisa na medida em que propõe uma outra narrativa da história, a partir dos silenciados e excluídos da historiografia tradicional, o que envolve a histórica formação étnico-racial em nosso país. Nessa perspectiva o autor endossa o letramento histórico como uma importante ferramenta para compreender os silêncios e os não-ditos da história, a fim de se conceber os vínculos entre o presente e o passado, o que envolve, obviamente as contemporâneas relações étnico-raciais.

## Algumas considerações

Se retomarmos uma das perguntas que aparecem na introdução desse artigo – “é possível decolonizar as formas com que o pensamento histórico é construído, sem letramento histórico?” – responderíamos que não. Não é possível fazer uma leitura do tempo presente sem um conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado que nos permita contextualizar, questionar, problematizar as narrativas que nos atravessam e compõem a vida cotidiana. Por isso endossamos a importância de que o ensino de História lance mão de certa perspectiva de letramento histórico, quando pretende decolonizar as narrativas tradicionais.

Entretanto, é importante retomar o dado de que no universo de 897 dissertações apenas 27 foram localizadas a partir das palavras-chave “letramento” e “literacia”. Se entendermos esse banco de dissertações como uma amostra do que tem sido pensado e proposto para o ensino, em sala de aula, podemos considerar que esse achado indica que o conceito de letramento histórico ainda não tem sido amplamente acionado pelo campo do ensino de História. Esse fato evidencia que essa é uma área a ser explorada nas pesquisas acadêmicas e nas práticas pedagógicas.

Explorar o banco de dissertação do ProfHistória também evidenciou que apenas três trabalhos propuseram o diálogo entre as relações étnico raciais, o pensamento decolonial e o letramento histórico. Em duas dessas dissertações percebemos que o conceito de letramento tende a ser abordado sem problematizações, sem preocupações com os delineamentos específicos do conhecimento histórico. Nesses casos, o uso da ideia de letramento se associa de imediato a prática do letrar-se, da leitura e compreensão textual, não alcançando a dimensão do letramento com ferramenta intrínseca ao pensamento histórico. Isso implicou em uma não associação entre o letrar-se historicamente como possibilidade de construção de uma narrativa histórica capaz de desafiar as estruturas coloniais que balizam as narrativas e as relações étnico-raciais contemporâneas.

Por fim, esse breve ensaio procurou destacar as contribuições do conceito de letramento histórico para um ensino de História na perspectiva decolonial. A pesquisa exploratória no banco de dissertações do ProfHistória ofereceu pistas de que este é um campo de estudos que ainda precisa ser explorado, tendo em vista a contribuição que uma perspectiva múltipla de letramento histórico pode agregar para a aprendizagem histórica escolar.

## Agradecimentos e apoios

Agradecemos ao Programa Institucional de Apoio à Pesquisa – PAPQ/UEMG.

## Referências

- ACHEBE, Chinua. **A educação de uma criança sob o protetorado britânico**: ensaios. Editora Companhia das Letras, 2012.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 93-112, 2006.
- BENJAMIN, Walter. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- CEREZER, Osvaldo Mariotto (Org.) **Entre o Ensino e a Pesquisa**: O ProfHistória como campo de produção para o ensino de história. Cáceres: Editora UNEMAT, p. 6-11, 2021.
- CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- COELHO, Isabelle de Lacerda Nascentes. O Axé na Sala de Aula: abordando as religiões afro-brasileiras no ensino de história. **Dissertação**. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.
- DAMASCENO, Paulo Airton Pinto. Silêncio na sala!: combates narrativos contra o silenciamento de grupos periféricos através dos modelos não formais de ensino da Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e de Olimpíadas Escolares Internas (OIH). **Dissertação**. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.
- LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade, o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 32 n° 94, junho/2017.
- PAIM, Elison. A.; ARAÚJO, Helena. M. M. Memórias outras, patrimônios outros, e decolonialidades: Contribuições teórico-metodológicas para o estudo de história da África e dos afrodescendentes e de história dos Indígenas no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 92, 2018. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3543>
- PEREIRA, Nilton Mullet; PAIM, Elison Antônio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229-1253, set./dez. 2018.
- QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, jul.-dez., 2020.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: UnB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Literacia Histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. **História & Ensino**, Londrina, v. 15. p. 09-22, ago. 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)**. V. 05, N. 1, Jan.-Jul., 2019.

ZILIOOTTO, Bruno. Provocações Crônicas: A Construção de um site educativo para repensar a escola, a disciplina de História e as Áfricas. **Dissertação**. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC), 2016.

Recebido em: 15/11/2023

Aprovado em: 02/04/2024